



Finalmente aparecem os recursos para o saneamento

José Homero Finamor Pinto | Eng. civil da Corsan | Diretor do Senge/RS e Conselheiro da Câmara Especializada de Engenharia Civil

Vão-se longos nove anos que o nosso Estado não recebe recursos para aplicação em saneamento básico. O último aporte significativo de recursos financiados para o setor chegou ao Estado em 1997/98.

O saneamento vive de soluções, alterando períodos de existência de financiamentos e períodos de escassez. Pode-se dizer que a época de ouro para o setor foi na existência do Plano Nacional de Saneamento (Planasa), em que o país tinha uma política definida com fluxo de recursos contínuos para o saneamento e para a habitação através do Banco Nacional de Habitação (BNH). Essa fase estendeu-se de 1969 até 1984 com a extinção do BNH, passando essa responsabilidade para a Caixa Econômica Federal, que jamais chegou próxima da atuação do BNH como agente financeiro para o setor.

Estes 15 anos foram de criação e crescimento das companhias estaduais de saneamento (hoje são 24 no país), visto que os serviços municipais não tinham acesso a recursos financiados da união para saneamento.

No Rio Grande do Sul, a Corsan criada com 112 concessões municipais, triplicou o seu atendimento (hoje atende a 348 localidades), especificamente no abastecimento de água potável. O esgotamento sanitário não acompanhou esse crescimento, pois quase a totalidade dos recursos era canalizada para a primeira prioridade, ou seja a universalização do atendimento com água nas áreas urbanas dos municípios atendidos.

Hoje temos, na média, cerca de 98% da população urbana gaúcha atendida com água potável contra apenas 12% atendida com esgotamento sanitário. A situação não é muito melhor nos sistemas municipais, nos quais Porto Alegre, através do DMAE, apresenta os melhores resultados com cerca

de 80% em atendimento de coleta de esgoto, mas com apenas 26% de tratamento desses efluentes. Atendida essa prioridade, hoje a grande demanda estadual refere-se à implantação e/ou à ampliação dos sistemas de esgotamentos sanitários.

O diagnóstico nacional do governo Lula, para a universalização do saneamento básico nas áreas urbanas do Brasil (água e esgoto) nos próximos 20 anos, alcançou a cifra de R\$ 180 bilhões, ou seja, R\$ 9 bilhões/ano. O setor jamais recebeu financiamentos próximos a esses valores e, desde 1998, vem caindo o nível de recursos desembolsados no país, chegando ao ridículo montante de desembolso em 2006 de menos do que R\$ 1 bilhão em todo o país.

Agora o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) chega prometendo elevar o nível de investimentos para o setor. Para o RS, somente a Corsan deverá investir entre recursos próprios e financiados nos próximos cinco anos, mais do que foi desembolsado para o setor durante o ano passado em todo o país, aproximadamente R\$ 1,3 bilhão, o que é superior ao dobro do seu próprio capital social.

Serão basicamente quatro linhas de financiamento a sustentar investimentos que o Estado poderá contar:

Financiamentos da Caixa Econômica Federal;

Financiamentos do BNDES;

Orçamento Geral da União (OGU);

Recursos próprios da Corsan em obras e contrapartidas.

A previsão de utilização desses recursos, segundo o Planejamento Plurianual da Corsan para 2007 a 2011, é a seguinte (*tabela abaixo*):

As cidade a serem beneficiadas com esses recursos são:

CEF (água) – Arroio do Meio, Cachoeirinha, Carlos Barbosa, Encantado, Gravataí, São Sepé, Sapiranga, Tramandaí, Viamão.

CEF (esgoto) – Capão da Canoa, Passo Fundo, Rio Grande e Santa Cruz do Sul.

BNDES (água) – Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, Campo Bom/Sapiranga, Ivoti, Charqueadas, Portão, Santa Maria, Três Coroas, Rio Grande/Cassino, Guaíba, Passo Fundo, Alvorada/Viamão, Gravataí, Santo Antônio da Patrulha.

BNDES (esgoto) – Guaíba, Passo Fundo.

OGU (esgoto) – Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, Alvorada e Viamão.

Recursos próprios (água e esgoto) – Diversos municípios do Estado.

Parcerias com prefeituras (esgoto) – Osório, Torres, Encantado.

Os critérios definidos pelos Ministério das Cidades para liberar recursos financiados ou do OGU no RS são para as cidade que estejam na região metropolitana ou que tenham mais de 150 mil habitantes, ou ainda para aquelas que estão localizadas nas bacias dos Rio dos Sinos ou do Gravataí e que ainda estejam com os contratos de concessão ou de programa de acordo com a Lei 11.445/07 (Lei do Saneamento). O indicativo de financiamento para a próxima etapa do PAC atingirá as cidades do interior do Estado, que possuem entre 50 mil e 150 mil habitantes.

Dessa forma, vislumbramos um novo horizonte para o saneamento no nosso Estado com melhores indicadores de qualidade de vida e preservação do meio ambiente e dos mananciais superficiais e subterrâneos.

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS: 2007 A 2011

FONTE DO RECURSO	ÁGUA/ ESGOTO	2007 (R\$ X 1.000)	2008 (R\$ X 1.000)	2009 (R\$ X 1.000)	2010 (R\$ X 1.000)	2011 (R\$ X 1.000)	TOTAL (R\$ X 1.000)
FINANCIAMENTOS CAIXA FEDERAL E BNDES	ÁGUA E ESGOTO	3.614	100.065	100.065	86.452	0	290.196
ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO	SOMENTE ESGOTO	0	74.000	70.567	70.567	0	215.134
RECURSOS PRÓPRIOS E CONTRAPARTIDAS	ÁGUA E ESGOTO	129.029	135.737	149.759	181.281	212.320	808.126
TOTAIS ANUAIS		132.643	309.802	320.391	338.300	212.320	1.313.456